

CEDI - P. I. B.
DATA 11 / 06 / 86
COD. MT D 03

Relatório sobre um projeto de alfabetização na língua portuguesa
elaborado para os índios Txukarramãe (Kayapó) do Parque Nacional
do Xingu.

Julho de 1980

Comunicação para a ABA

Museu Nacional

Rio de Janeiro

Vanessa Lea

O primeiro ponto que gostaria de levantar é a questão do envolvimento do antropólogo em projetos aplicados em áreas indígenas. O antropólogo que se especializa em sociedades indígenas é supostamente treinado para poder entendê-las melhor do que os não especialistas. Daí seu envolvimento em projetos comunitários de alfabetização, de saúde, de comercialização, et cetera, lhe dá a possibilidade de colocar em prática este entendimento. Me parece haver algo potencialmente parasitário na relação do antropólogo que, mesmo retribuindo sua permanência na aldeia com bens manufaturados, leva com ele informação para ser consumida pela sociedade dominante. O antropólogo, na medida em que serve de intermediário entre a sociedade dominante e um grupo indígena, pode a meu ver melhor retribuir que leva consigo quando também traz alguma 'técnica' ou 'informação' para o grupo. Na minha primeira visita aos Txukarramãe em '78, eles reclamaram da falta de oportunidade para ler e escrever em português. Por isso decidi tentar elaborar um projeto de alfabetização. Naquela época tinha um projeto da Funai, de alfabetização em português, no Posto Leonardo, no sul do Parque, sem nenhuma repercussão no norte do Parque, onde se situam os Txukarramãe.

Acho imperativo que antropólogos e linguistas, como especialistas, elaborem projetos de alfabetização para tentar romper o monopólio do Estado e da Igreja nesta esfera de ação. O Estado é comprometido com a subordinação dos interesses dos grupos indígenas aos seus, e a igreja católica e os missionários protestantes, apesar de alguns deles ter uma postura progressista, sua razão de ser é promover a fé religiosa.

Na década de '60, nos Estados Unidos, uma das repercussões do surgimento do movimento indígena (AIM American Indian Movement) foi o estabelecimento de escolas de 'sobrevivência' (Survival Schools) sob o controle dos próprios índios. O objetivo era desenvolver um sistema educacional que desse conta tanto das técnicas da sociedade envolvente, quanto da cultura nativa, em busca de uma solução para o problema da escola estatal, instrumento de penetração de uma ética majoritária que desprezia os valores minoritários indígenas.

No Brasil, por uma série de razões, é pouco provável que em futuro visível os índios construam escolas alternativas. Daí me parece que cabe a antropólogos e linguistas intervir para tentar formular projetos de alfabetização que sirvam para oferecer aos índios experiências concretas de métodos educacionais que visem minimizar o conflito com seus valores preexistentes.

Em decorrência disso seria desejável alfabetizar grupos indígenas, tomando em conta seus valores específicos, isto é

preparar materiais adequados a cada grupo. Em termos ideais este material seria preparado com a colaboração de representantes do grupo em questão, com o antropólogo e/ou o linguista servindo principalmente de assistente técnico. Este processo de adequação se me apresenta como um primeiro passo para tentar relativizar os conteúdos ideológicos inerentes às técnicas de alfabetização. A questão dos conteúdos se manifesta em primeiro lugar na elaboração dos textos, que articulam valores como qualquer discurso e que necessariamente servirão de veículo para esta aprendizagem.

Tendo feito esta pequena introdução vou agora discutir minha própria experiência na preparação de uma cartilha em português para alfabetizar os Txukarramãe da aldeia Kretire, e tentar avaliar a prática do projeto encaminhado entre setembro de '79 e fevereiro de '80.

Uma antropóloga de São Paulo, Maria Elisa Ladeira, com experiência anterior em projetos de alfabetização, junto aos índios Krahó, e os Guaraní, concordou em trabalhar comigo na preparação da cartilha. Decidimos preparar o projeto para servir de experimento, para ver se os Txukarramãe teriam interesse em formar seus próprios monitores, e para testar a opção de alfabetização em português.

Cabe aqui especificar a necessidade de alfabetização dos Txukarramãe. No Parque do Xingu os hábitos de leitura e escrita dos caraibas (antropólogos, médicos, etc) são objeto de fascinação

dos índios. Antes de qualquer um deles ter sido alfabetizado é provável que esta atividade representasse uma qualidade inerente aos brancos, algo que simboliza o Poder. Os Txukarramãe são conscientes dos preconceitos dos caraíbas em relação a eles, e sem dúvida a alfabetização constitui uma aspiração na medida em que é concebida como instrumental para o acesso ao poder dos 'civilizados'. Segundo um Txukarramãe de Kretire, os Kayapó de Gorotire os acusam de ser bobos porque ainda não sabem ler e escrever.

Isto significa que discutir a necessidade de ler e escrever não implica tanto em descobrir como os índios irão instrumentalizar este saber em termos práticos, porque talvez seja mais importante a sua eficácia simbólica em mostrar que os índios podem adquirir esta técnica; ou seja, desmistificar o processo pelo qual a palavra escrita é concebida como qualidade que pode ser utilizada para distinguir índio de 'civilizado'. Sendo assim os Txukarramãe lembram da época da administração dos Villas-Boas no Parque, que, aparentemente, diziam-lhes que a escrita e o dinheiro eram coisas de caraíba, e como tais irrelevantes aos índios.

Nos debates acadêmicos sobre alfabetização a questão de privilegiar a língua nativa, a língua da sociedade envolvente, ou ambas simultaneamente, está longe de ser resolvida. Independentemente disso as opiniões dos índios devem ser tomadas em conta porque o sucesso de qualquer projeto depende da motivação do grupo em questão. Os Txukarramãe mostraram interesse em ler e escrever em

português, e secundariamente em Kayapó. Isso porque os vários grupos Kayapó já mantêm contato através do rádio que é prático e conveniente, um tipo de comunicação já integrada aos Kayapó.

A escrita é considerada útil pelo grupo porque é concebida como instrumento através do qual se comunica e se defende seus interesses frente aos caraíbas. Outro Txukarremãe nos disse que não teria esquecido os assuntos que tinha que discutir com o Presidente da Funai se os tivesse anotados em papel. Ele percebe obviamente que a escrita serve como artifício mnemônico. Por outro lado o português é a língua franca do Parque, e os chefes dos postos ao norte já se comunicam por escrito. Em sumo, a escrita é representada como própria à esfera de vida não Kayapó, e como meio de relacionar-se com esta nova esfera do universo aberta através do contato com os caraíbas. Isto me pareceu justificar privilegiar o uso da língua portuguesa num projeto de alfabetização.

Disse que um dos objetivos do projeto foi alfabetizar um grupo pequeno contendo monitores potenciais. Existem vários motivos para isso. Não simplesmente porque a aldeia seja muito isolada, e que por isso seja pouco provável conseguir um professor para lá residir permanentemente. Ter monitor indígena significa que além de ser alfabetizado, o índio pode controlar o processo de aprendizagem.

O objetivo é satisfazer as necessidades do grupo e não impor uma alfabetização coletiva forçada. O monitor indígena é residente permanente na aldeia, e conseqüentemente pode modular o ritmo das aulas de acordo com as circunstâncias como, por exemplo, cancelá-las durante época de ritual. Em comparação com monitores caraíbas, como os do SIL, é mais provável que os monitores nativos imponham as normas de comportamento de uma maneira menos autoritária, e mais ao nível da consciência dos membros da comunidade. Além disso, um professor de fora, sem conhecimento da língua indígena, dificilmente entenderia os problemas dos índios em se expressar em português.

Me parece que o trabalho de um monitor indígena pode ser integrado mais facilmente numa aldeia do que a presença permanente de um caraíba. Idealmente a alfabetização será ensinada como qualquer técnica pre-existente, como a manufatura de artesanato, sem criar uma hierarquia de técnicas, onde as dos caraíbas seriam mais valorizadas, como por exemplo, através da institucionalização de um 'espaço' escolar pela construção de um prédio especial.

Não vou me deter muito na explicação da preparação técnica da cartilha. Basicamente ordenamos as sílabas a serem introduzidas em português apresentando primeiro sílabas contendo fonemas que são próximos em Kayapó e português, e o resto conforme a ordem da dificuldade das sílabas em português para falantes Kayapó.

Depois escolhemos uma palavra chave para encabeçar cada página da cartilha, toda ela composta de fichas destacáveis. Além das fichas apresentando novas sílabas somam-se varias fichas de reforço. Este material 'redundante' é útil dado que a cartilha é orientada para pessoas que falam português como a segunda língua. A forma de comunicação, a escrita, é nova para os índios e por isso o conteúdo, as palavras chaves e os textos, devem ser o mais familiar possível. Escolhemos palavras chaves e textos referentes ao cotidiano Txukarramãe. Entre as palavras chaves havia tanto categorias tradicionais como categorias novas, por exemplo: tatu, paca, gado, caraíba, batoque, arco, sarempo, terra, jenipapo, cidade, fazendeiro, machado, aldeia, gripe. Sempre que possível são utilizados textos nativos readaptados que eu havia anotado na primeira visita aos Txukarramãe. Um dos problemas mais difíceis na ausência de Txukarramães para colaborar na elaboração dos textos foi tentar aproximar o máximo da maneira dos Txukarramãe expressarem em português.

Julgei arriscado ilustrar as fichas com desenhos de caraíbas, porque o objetivo é só ensinar a ler e escrever, e não de transmitir uma nova maneira de representar o mundo. Dado a falta de desenhos indígenas disponíveis esperei até chegar ao campo, para que os próprios alunos de alfabetização ilustrassem os materiais.

É pouco provável que a maioria dos Txukarramãe vá além desta curso básico de alfabetização. Como não terão anos de escola para consolidar a técnica julgamos melhor ensinar a escrita a mão e não

impressa, ou seja como percorrida naturalmente em sucessão básica de minúsculos, e não pelo desenho de letras de forma, maiúsculas. Só as palavras chaves foram apresentadas em letras de forma, ao lado do desenho.

Em consequência da utilização do material em área rural decidimos apresentar-lo não em forma de livro, mas em forma de fichas individuais plastificadas que cada aluno poderia guardar pelo tempo necessário, e de fato isso assegurou a não destruição dos materiais.

Vou tornar agora à avaliação do projeto em si. O domínio de português entre os Txukarramãe é pequeno ainda. Trabalhei com um total de 13 alunos, 9 Txukarramãe e 4 Juruna, todos masculinos - adolescentes e adultos jovens. Nenhuma mulher fala português, e dado que a mulher não tem papel ativa nas relações públicas e exteriores do grupo, foi inevitável restringir a alfabetização em português aos homens.

Os Txukarramãe estavam entusiasmados com a proposta do projeto. O primeiro problema para resolver então foi a escolha de um local para a alfabetização. Propus que as aulas fossem dadas na aldeia, e não no posto, para facilitar a integração das aulas no cotidiano. O primeiro local escolhido pelos índios foi a casa do capitão, porque foi o único lugar com espaço vazio, e lá já havia uma mesa grande e dois bancos. Pretendi deixar os materiais escolares e cartilhas disponíveis para os alunos pegarem na hora que tivessem tempo para estudar. Eles decidiram que isso era

impossível porque as crianças estragariam o material, e, então, ele ficou sob minha responsabilidade e depois de um Txukarramãe.

Frequentemente os alunos resolviam levar material para estudar em casa, e quando iam viajar no mato por vários dias levaram-lo para estudarem sozinhos. Quando o capitão mudou para uma casa menor, e a velha casa foi destruída, os homens resolveram mudar-se para a casa dos homens. Como caruíba eu não tinha problema em entrar lá. As aulas coexistiam com as outras atividades da casa dos homens - a fabricação de artesanato, discussões etc..

De fato os dois Txukarramãe que trabalham como chefes de posto já têm uma representação elaborada do que é uma escola e sugeriram construir um prédio onde iriam cimentar o chão. Foram os índios também que acharam necessário sentar numa mesa para escrever. Como a casa dos homens funcionasse adequadamente, a 'escola' acabou não sendo feita. Um líder Txukarramãe havia recebido material sobre as escolas de sobrevivência norteamericanas. Ele estava pensando em organizar uma escola onde seriam ensinadas técnicas Txukarramãe, como artesanato junto com a alfabetização. Este projeto tampouco vingou, e eu tentei colocar que a casa dos homens já era uma escola Txukarramãe para aprender a fabricação de artesanato, recitação de mitos, de estórias etc.. Obviamente os índios não conseguem relativizar a 'escola' como nós o fazemos ao percebê-la como fenômeno histórico que surgiu com o desenvolvimento do Estado, assumindo funções anteriormente atribuídas à família.

Resolvi por varios motivos oferecer aulas só cinco dias por semana, durante aproximadamente duas horas por dia. Como o uso do relógio é pouco difundido, o horario das aulas fixou-se em relação ao sol: na hora do 'sol frio', mad kru kêm como dizem os Txukarramãe. O principal criterio para assistir as aulas foi sempre motivação pessoal. Não havia, evidentemente, nenhum sistema disciplinar para castigar atraso, falta de aulas, etc. A frequência dos alunos era regulada ^{de acordo com} ~~pelo~~ seus trabalhos, rituais, e ^{devido a} ~~a~~ malaria. O apoio dos lideres foi fundamental para garantir a continuidade das aulas.

Dado a irregularidade da frequência individual e a heterogeneidade do português dos alunos a aprendizagem deu-se principalmente em bases individuais, mas também com grupos estudando juntos uma mesma ficha. O percurso do meu trabalho consistia basicamente em tentar romper com os laços de dependência dos índios em relação à mim, como detentora do saber da escrita. No começo havia desconfiança total entre eles. Ninguém queria consultar um companheiro de aula sobre suas dificuldades, e em consequência havia apenas um minimo de cooperação entre os alunos. Gradualmente eles começaram a acreditar no seu próprio saber, e a se examinar, dictando palavras ou frases para serem escritas no quadro negro. Isso funcionava como teste antes de passar para uma ficha nova. No começo os alunos tinham varios problemas técnicos mas nenhum insuperavel, o que não será abordado aqui. Dois monitores potencias fizeram as

cartilhas rapidamente, e depois me ajudaram a orientar os outros alunos.

Ficou claro que ninguém se interessaria em trabalhar como monitor sem ser remunerado. A curto prazo resolvi este problema utilizando como monitor um Txukarramãe que já era assalariado da Funai. Eles reivindicam o pagamento de um salário, o que deve ser analisado adequadamente evitando-se a introdução de uma forma de pagamento nociva que desestrutura-se o equilíbrio político na aldeia. Ter um monitor assalariado implica em introduzir uma nova categoria de assalariados indígenas, (como o chefe de posto) e uma nova fonte de poder na aldeia. Outra possibilidade não considerada seria o monitor trocar aulas por artesanato, por exemplo, que ele poderia usar ou vender aos caraíbas.

Fiquei quatro meses e meio com os Txukarramãe na época deste projeto. Quando fui embora o monitor principal tinha a intenção de continuar os materiais até o fim. Porém parou depois de um mês devido a uma epidemia de gripe, e depois viajou à cidade onde ficou mais de um mês. Quando encontrei-o em maio deste ano ele pretendia ainda tentar terminar de estudar o material com os alunos. Disse que se a Funai mandasse um professor a Kretire ele teria que viajar junto com os índios no mato durante a seca. É duvidoso que qualquer professor caraíba aceite isso, o que confirma a vantagem dos monitores indígenas. Acho que em parte este monitor foi desestimulado a continuar porque está esperando o professor da Funai chegar, que ele presume seja mais eficiente do que ele. Esta falta de confiança

em parte é devido à falta de apoio da Funai ao projeto. Os índios do Xingu ainda estão muito dependentes da Funai para 'ajuda-los' em relação ao entendimento do mundo dos caraíba. A Funai nem tinha conhecimento de meu projeto.

O maior problema deste projeto foi o português limitado dos índios. Paradoxalmente os quatro Juruna que entraram no projeto (dois vindo morar em Kretire especificamente com este propósito) avançaram mais rapidamente do que os próprios Txukarramãe, dado sua maior competência em português. Eles mostraram interesse em também ter seus próprios monitores.

Quando eu estava em Kretire havia uma professora do SIL que foi para a outra aldeia Txukarramãe (Jarina) com um projeto de alfabetização em Kayapó. Parece que ela tinha mais dificuldade do que eu; disse-me que os índios não memorizaram nada. Acho que havia varios problemas com o projeto do SIL, o que não me cabe discutir aqui. Apesar disso, dado o português limitado dos Txukarramãe acho que se o projeto fosse alcançar todos os jovens, como os Txukarramãe estão exigindo, só poderia funcionar um projeto de alfabetização em Kayapó. Já que varios grupos Kayapó usam a transcrição fonética do SIL isso teria que ser mantido em qualquer projeto alternativo.

De outro lado, os Juruna e Kayabi que já dominam bem o português poderiam aproveitar a alfabetização nessa língua. Eu gostaria de elaborar uma cartilha para os Kayabi, com quem já trabalhei. Outro estudante do museu que irá agora estudar os Kayabi também

demonstrou interesse na ideia. E mesmo se a Funai resolve mandar professores para o Xingu, como parece ser o caso no momento, eles poderiam usar cartilhas especialmente preparadas. Se no Xingu os índios vão ser alfabetizados na sua língua, ou em português, me parece que o treinamento de monitores indígenas seria muito proveitoso, possibilitando alfabetização com um mínimo de interferência na vida tribal, entregando o controle do processo aos índios ao invés de trazer professores de fora.

A cartilha Txukarramãe está longe de ser perfeita mas a meu ver foi um experimento válido que deve ser levado enfrente com a preparação de novas cartilhas. Quanto a cartilha por mim elaborada tenho hoje varias críticas que poderão ser discutidas em outro contexto se alguém estiver interessado. Os índios do Parque têm grande interesse em serem alfabetizados e costumam aproveitar a presença de enfermeiros no Parque para pedir aulas de alfabetização informais. Quando cheguei em Kretire, alguns Txukarramãe estudavam um livro intitulado Caminho Suave com textos sobre carros, a família brasileira, heróis nacionais, objetos de consumo etc., de valor altamente questionavel no caso de alfabetização indígena.

Quero terminar esta comunicação apontando a existência de varios problemas educacionais em relação aos Txukarramãe. Inicialmente o problema de alfabetização strito senso. Segundo, os jovens desejam cada vez mais aprender a falar e entender o português, dado o relacionamento crescente com o caraíba e seu mundo,

Bibliografia.

Ladeira, Maria Elisa. Alfabetização Português: Txukarramãe.

Centro de trabalho indigenista. São Paulo. Sem data.

Foucault, Michel. The Order of Things. Tavistock Publications,

London, 1977.